

Por uma nova lei de fomento à cultura!

Fellipe Redó*

Em fase de consulta pública até o próximo dia 6 de maio, a proposta para uma nova lei de fomento encaminhada pelo Ministério da Cultura traz para o debate atual a diversidade de interesses conflitantes que permeia agentes culturais e segmentos da sociedade. Alguns têm se manifestado para manter algum privilégio (de 2003 a 2007 só 3% dos proponentes captaram 50% do volume total de recursos); outros buscam a ampliação de políticas públicas como o Programa Cultura Viva (pontos de cultura).

O conjunto do movimento estudantil, tendo à frente a União Nacional dos Estudantes, as organizações sociais e redes culturais, está mais uma vez chamado à responsabilidade de manifestar suas opiniões e propor novos marcos para o fomento à cultura brasileira.

Não sem razão, a proposta de fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura (FNC) vai nesse sentido. “É um grande avanço, sobretudo para os pontos de cultura, pois muitos estão em comunidades sem recursos, como favelas, quilombolas e aldeias indígenas. A contrapartida deles será social, a partir do trabalho já desenvolvido”, explica Célio Turino.

Na prática, o financiamento via renúncia fiscal, modelo atualmente utilizado pela Lei Rouanet, não deixará de acontecer. Porém, essa não será mais a única forma de financiamento, como temos hoje. Outros mecanismos serão introduzidos, como o financiamento retornável ao fundo (participação nos lucros), quando uma parte do dinheiro que

foi investida no projeto volta ao cofre público para ser reinvestida; o micro-crédito, uma possibilidade de ampliar, junto aos pequenos e médios produtores culturais, incentivos às ações de pequeno orçamento e de relevância social, e as parcerias público-privadas, que preveem o incentivo à construção de novos espaços e centros culturais.

Uma das críticas que acompanhamos na grande mídia diz respeito a certo “dirigismo cultural” que estaria contido na nova lei. A nosso ver essa crítica não procede. Se a verba é pública o Estado tem de saber onde, por que e como ela está sendo investida. Isso tem menos a ver com “dirigismo cultural” do que com um maior controle social sobre os recursos públicos aplicados. Parâmetros mais claros quanto aos aspectos técnicos e orçamentários do projeto, e principalmente quanto ao seu retorno social, são necessários. Boa parte das iniciativas culturais que foram incentivadas pela Lei Rouanet, como o *Cirque du Soleil*, contam com investimentos altos dos cofres públicos, muitas vezes sem contrapartida social e com restrita acessibilidade ao público, já que ingressos para esse tipo de espetáculo costumam chegar a mais de 500 reais!



A organização dos conselhos setoriais municipais e estaduais como está prevista, com participação da sociedade civil em 50%, e a estruturação dos conselhos municipais de cultura são a melhor forma de aumentar a representatividade, evitando tanto a influência estatal quanto a privada.

Outro fator marcante para a urgente reformulação da lei de fomento diz respeito à desigual distribuição dos recursos aplicados em cada estado. Segundo fontes do próprio MinC, em 2007 as regiões Sudeste/Sul captaram 80% do investimento, ao passo que o Centro Oeste ficou com 11%, o Nordeste com 6% e o Norte com 3% apenas.

Não deixaram ainda assim de existir reclamações, fruto da pequenez da visão política e cultural de nossa elite, quanto à interpretação desses dados. Não uso aqui o termo “elite” no sentido de classe social, mas para expressar certos interesses. Cito aqui algumas opiniões colhidas na internet: “A reforma da Lei não pode punir os produtores e artistas que fazem teatro de qualidade só

Se a verba é pública o Estado tem de saber onde, por que e como ela está sendo investida. Isso tem menos a ver com “dirigismo cultural” do que com um maior controle social sobre os recursos públicos aplicados.

porque moram no Rio ou em São Paulo. O que governo quer? Tirar os 100% de abatimento da gente e transferir para o Piauí?"; ou "É natural que grandes centros produzam e consumam mais cultura. Na França, 70% dos recursos da cultura são gastos apenas em Paris".

Não deveria a nova lei contribuir para o equacionamento das disparidades sociais, econômicas e culturais existentes entre os estados, fruto de modelos centralizados sob os quais foi montada a moderna indústria cultural brasileira? Essa visão provinciana com relação à distribuição dos recursos tenta impedir que os diversos fundos públicos funcionem de forma a fortalecer o potencial artístico e cultural de cada região.

A juventude brasileira – e, dentro dela, os estudantes – vive um momento especial da vida onde os valores, crenças, hábitos e educação estão sendo "cultivados" (não à toa, cultura vem do termo "colere" – cultivar). Arriscaria dizer que é essa a parcela da sociedade que mais produz cultura. Se melhores condições houvesse, seria também a que mais consumiria.

O Vale Cultura proposto pelo MinC no valor de R\$ 50,00 (o governo dará 30% de renúncia fiscal, o empregador 50% e o trabalhador 20%) deve estar, assim, à disposição de bolsistas pesquisadores, estagiários e jovens do primeiro emprego, a fim de facilitar seu acesso aos bens culturais.

Em nossa opinião, ao abrir novas cotas para o incentivo via renúncia fiscal (hoje só é permitido 30% ou 100%), o Ministério da Cultura deveria estabelecer também novos critérios, tal como a acessibilidade social, para a seleção e obtenção de recursos dentro dessas faixas. Assim, os projetos culturais alocados dentro das novas faixas de dedução de 80%, 90% e 100% deveriam isentar o jovem (caracterizado hoje pelo

Plano Nacional de Juventude como o indivíduo entre 15 e 29 anos) do pagamento de pelo menos 25% da entrada. Essa ação afirmativa estimularia os jovens a frequentarem novos espaços e programações culturais, e também a reivindicar a meia-entrada no âmbito de sua vivência escolar. 🎧

* **FELIPE REDÓ** é graduando em História (UFRJ), diretor de cultura da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE/RJ) e coordenador do ponto de cultura CUCA da UNE/RJ. E-mail: felliperedo@gmail.com



A juventude brasileira – e, dentro dela, os estudantes – vive um momento especial da vida onde os valores, crenças, hábitos e educação estão sendo "cultivados" (não à toa, cultura vem do termo "colere" – cultivar). Arriscaria dizer que é essa a parcela da sociedade que mais produz cultura. Se melhores condições houvesse, seria também a que mais consumiria.

